

Liquidation da Aliança Democrática pode levar o País novamente ao bipartidarismo

BRASÍLIA — Data marcada não tinha, mas todos sabiam que era inevitável. No futuro, haverá o registro de que, no ano de 1987, sem que tenha sido necessário sequer um mísero decreto ou projeto-de-lei, desestruturou-se uma parcela do quadro partidário — a maior — sustentada e revisada, sempre artificialmente, por 22 anos. Será registrado também que o PMDB e o PFL foram vítimas da própria artificialidade, incapazes de resistir à Constituinte que convocaram e ao Presidente da República, José Sarney, que elegeram Vice.

Fora o dia, que ninguém dirá com precisão, tudo estava claro e previsto: a divisão do PMDB, a divisão do PFL, o rompimento da Aliança Democrática e a formação do bloco de Sarney. Mais do que claro e previsto, tudo estava anunciado.

E histórica a divisão do PMDB, que já foi MDB dividido (entre "auténticos" e "moderados"), esteve sem uma parte (que virou PP e depois voltou a ser PMDB) e agora tem MUP, tem Centro Democrático, tem Esquerda Independente e tem um grupo que não está no MUP nem no Centro Democrático, nem na esquerda independente. E "do Ulysses".

O PFL nasceu como parte do PDS, que nasceu da Arena, e praticamente desde que surgiu a Frente Liberal se divide entre uma cúpula formalmente instalada, uma cúpula que formalmente não existe e as chamadas "bases".

A Aliança Democrática foi formada para derrotar Paulo Maluf e eleger Tancredo Neves. Foi a única eleição em que esteve unida, e era indireta. No Governo Sarney, os



aliados só estiveram juntos para aprovar algumas propostas do Governo. Dividiram-se para disputar eleições e cargos.

O que não é mais Aliança Democrática e será um bloco suprapartidário de apoio ao Governo está há longo tempo nas cogitações do Presidente Sarney. O Presidente jamais confiou em sua base política e parlamentar, mas estava formalmente amarrado à Aliança até que o PFL declarou seu rompimento, abrindo caminho para o bloco.

Desse quadro repleto de artificiali-

dade consta ainda uma oposição que praticamente jamais se opôs. Fora da Aliança Democrática, o PDS, o PTB e outros menores não têm poupar esforços para evitar o caminho da oposição ao Governo — excetuadas as figuras marcantes dos ex-Ministros Delfim Neto e Roberto Campos e do barulhento Líder Amaral Neto, todos pedessistas.

Em oposição ao Governo estão, de fato, o PT, o PDT e o minúsculo PC do B. Ao lado destes, mas sem alinhamento, faz questão de se estruturar o Partido Liberal do Deputado

Alvaro Valle, que cresce à base de uma postura independente do Governo e de seus opositores.

A formação de um bloco suprapartidário, de fidelidade ao Governo do Presidente Sarney, de certa forma deverá contribuir para o estabelecimento de alguma autenticidade que se revelou insustentável já na transição. A consolidação do processo democrático a inviabilizará por inteiro.

Há quem preveja, ao final da cartada presidencial, o restabelecimento da primeira composição artificial do quadro político. Ou seja, a reedição de algo parecido com Arena e MDB, quando estava contra o Governo quem não estivesse com ele. O Deputado Prisco Vianna, amigo, correligionário, conselheiro e confidente de Sarney, anuncia o retorno a essa situação com uma frase semelhante.

A Assembléia Constituinte, no entanto, dá sinais animadores aos adversários de reedição daquela fórmula. Util para acusar e reduzir o artificialismo do quadro partidário atual, a Constituinte, pelas exigências de definição que estabelece, provavelmente se revelará como ponto de partida para a definição de um quadro partidário revestido de autenticidade. Na falta dessa característica, o que marca hoje a Assembléia é a evidência de que os líderes não lideram e de que cada partido abriga muitas partes. Isso todos sabiam, mas parece impossível sustentar mais, apesar dos esforços do Presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, e do comandante formal do PFL, Senador Marco Maciel.

Jutahy é contra idéia de eleições gerais em 1988

SALVADOR — A possibilidade de o Presidente Sarney convocar eleições gerais para o próximo ano, caso não tenha apoio parlamentar suficiente para reorganizar sua base política, foi descartada ontem, em Salvador, pelo Senador Jutahy Magalhães (PMDB-BA), que argumentou nada haver que justifique tal decisão.

— Tivemos eleições democráticas, nas quais o povo se manifestou livre e soberanamente, e nada ocorreu depois disso que possa servir de motivo para impugnar os resultados eleitorais — declarou.

Jutahy disse crer que a proposta não partiu do Presidente, mas de "alguns áulicos, mais realistas que o rei". O objetivo seria ameaçar a Assembleia Nacional Constituinte. Apesar de não levar essa hipótese a sério, o Senador reconheceu que existe "uma minoria insignificante" que pensa nessa possibilidade.

O Senador baiano também afastou qualquer possibilidade de retrocesso político, explicando não encarar como fato real notícias sobre uma conspiração, que reuniria civis e militares, para desestabilizar o Governo do Presidente Sarney.

— Em todas as fases da vida política brasileira, nos momentos de crise, mesmo pequenas, sempre aparece alguém pregando um golpe. Nada, porém, me leva a crer que isso esteja ocorrendo agora, mesmo porque os políticos chegarão a um ponto de equilíbrio para superar essa crise artificial que estamos vivendo.

Isolamento de Sarney preocupa autor de emenda

RECIFE — O Deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) voltou a defender a realização de eleições gerais logo após o fim dos trabalhos da Constituinte, de acordo com emenda de sua autoria que tramita na Comissão de Sistematização. Para ele, essas eleições legitimarão o poder que vai surgir com a promulgação da nova Carta.

— O isolamento político do Presidente da República põe em risco a democracia, pois ele, pela força do cargo, é a maior liderança do País. E nenhuma liderança se afirma sem base ou apoio político. Nesta altura, nem o PMDB nem o PFL estão dispostos a respaldar o Presidente para afastar o fantasma da crise institucional — argumentou.

Sua emenda prevê eleições para a Presidência da República, Senado Federal e Câmara dos Deputados, e também a antecipação das eleições de prefeitos e vereadores. O autor diz que sua proposta leva vantagem sobre as de Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) e José Genoino (PT-SP), que determinam eleições apenas para Presidente, Senado e Câmara.

— Se não fizermos coincidir as eleições presidenciais e congressuais com a eleição para prefeitos e vereadores no próximo ano, teremos uma anarquia eleitoral com dois pleitos distintos, em junho e novembro do mesmo ano (88) — disse Maurílio Ferreira, acrescentando que sua proposta não implica nenhuma discriminação contra o Presidente Sarney.

Em São Paulo, o Líder do PTB, Deputado Gastone Righi disse que apoia a convocação de eleições em 88, de vereador a Presidente, e informou que só reunirá a bancada para decidir sobre o pacto de união nacional quando o Presidente Sarney definir as mudanças no Governo.

A idéia de eleições gerais, que teria partido do próprio Presidente, tem apoio total do Líder petebista:

— Acho que seria muito bom para o Brasil e não creio que político algum seja contra. Afinal um político não pode ter medo de eleições.